



INNOVATION  
CREATING  
THE FUTURE.

# Política de Exercício de Direito de Voto

---


Títulos e Valores Mobiliários

Área de Compliance

Versão 2021.1

---

<b>I – Documentos Relacionados a Esta Política .....</b>	<b>3</b>
<b>II – Sumário Executivo .....</b>	<b>4</b>
<b>III – Aplicação e Objetivos (RPAV 2, Art. 6º, § único, I) .....</b>	<b>5</b>
<b>IV – Princípios Gerais (RPAV 2, art. 6º, § único, II) .....</b>	<b>5</b>
<b>V – Exercício da Política de Voto – “Matérias Relevantes Obrigatórias” .....</b>	<b>6</b>
<b>VI – Conflito de Interesse: Procedimentos Aplicáveis (RPAV 2, Art. 6º, § único, III) .....</b>	<b>8</b>
<b>VII – Processo Decisório de Voto (RPAV 2, Art. 6º, § único, IV) .....</b>	<b>9</b>
<b>VIII – Comunicação aos Cotistas (RPAV 2, art. 4º) .....</b>	<b>10</b>
<b>IX – Disposições Gerais .....</b>	<b>10</b>
<b>ANEXO I – Controle de Versão .....</b>	<b>11</b>

	Política de Exercício de Direito de Voto do Grupo KPTL	
	Versão: 2021.1	Entrada em vigor: 18/10/2021

## I – Documentos Relacionados a Esta Política

Documentos	Finalidade
<b>Código de Ética</b>	Definir regras claras do negócio no dia a dia
<b>Termo de Compromisso e Confidencialidade</b>	Termo de adesão dos colaboradores as políticas do <b>Grupo KPTL</b>
<b>Manual de Compliance</b>	Definir metodologia eficaz e eficiente para o cumprimento das normas
<b>Política de Investimentos Responsáveis e Integração ESG</b>	Estabelecer os princípios e diretrizes que norteiam a consideração dos fatores ambientais, sociais e de governança corporativa nas atividades internas do <b>Grupo KPTL</b> , relacionamento com toda e qualquer parte interessada

## II – Sumário Executivo

### Objetivos da Política:

- Delinear os critérios a serem utilizados pelo **Grupo KPTL** no exercício de direito de voto; e
- Exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do fundo.

### Áreas de Atuação nos termos da Resolução CVM 21 (Res. 21) e do Código ANBIMA de Administração de Recursos de Terceiros (CAART):


Área	Atua
Gestão de carteiras	SOMENTE ESTA
Gestão de Patrimônio	NÃO
Distribuição dos Fundos próprios	NÃO
Administração Fiduciária	NÃO

### Produtos de atuação do Grupo KPTL e Escopo das Regras e Procedimentos da ANBIMA<sup>1</sup>:

- Fundos estruturados: FII, FIP e FIDC
- FIM

**Diretor Responsável por esta política: Diretor de Gestão**

<sup>1</sup> Escopo da Regras e Procedimentos da ANBIMA (RPAV, art. 2º): Fundos 555, FII, FIDC e Fundos de índice

	Política de Exercício de Direito de Voto do Grupo KPTL	
	Versão: 2021.1	Entrada em vigor: 18/10/2021

### III – Aplicação e Objetivos (RPAV 2, Art. 6º, § único, I)

III.1. A **A5 Gestão de Investimentos Ltda. e a KPTL Investimentos Ltda.**, empresas do **Grupo KPTL**, vêm por meio desta, nos termos do Código ANBIMA de Administração de recursos de Terceiros, definir sua Política de Exercício de Direito de Voto em Assembleias (“Política de Voto”).

III.2. A presente Política de Voto aplica-se a todo Fundo de Investimento (“Fundo”) gerido pelo **Grupo KPTL**, e, cuja política de investimento permita a alocação em ativos financeiros que contemplem o direito de voto (“Ativos”) em assembleias (“Assembleias”), exceto nas hipóteses previstas no item III.4 abaixo.

III.3. Os objetivos desta Política de Voto são:


- (i) Delinear os critérios a serem utilizados pelo **Grupo KPTL** em tais votações, para fins de acompanhamento e fiscalização do desenvolvimento das atividades e das finanças dos emissores dos Ativos (“Emissores”), a atuação de seus administradores, a aplicação de seus recursos, as perspectivas de crescimento e o retorno esperado; e
- (ii) Exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do fundo<sup>2</sup>, ressalvado o que dispuser o formulário de informações complementares sobre a política relativa ao exercício de direito de voto do fundo (ICVM 555. Art. 92, II).

### IV – Princípios Gerais (RPAV 2, art. 6º, § único, II)

IV.1. Com o objetivo de alcançar o exposto acima, o **Grupo KPTL** exercerá suas atividades buscando sempre as melhores condições para os Fundos, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses dos cotistas e dos Fundos, evitando assim, práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida e adotando os seguintes princípios gerais:

- (i) Princípio da Boa-Fé: norteia a adoção de comportamentos que estejam em consonância com os padrões éticos, de confiança e lealdade;
- (ii) Princípio da Lealdade: estabelece os alicerces de confiança e fidúcia no qual se fundamenta a relação entre os cotistas e o **Grupo KPTL** necessária ao desenvolvimento de suas atribuições, a fim de satisfazer as expectativas almejadas;

<sup>2</sup> Obrigação estabelecida também na ICVM 578, art. 34, III


	Política de Exercício de Direito de Voto do Grupo KPTL	
	Versão: 2021.1	Entrada em vigor: 18/10/2021

- (iii) Princípio da Transparência: garante o acesso às informações e permite a ciência e fiscalização do serviço prestado pelo **Grupo KPTL**;
- (iv) Princípio da Eficiência: busca o emprego dos melhores esforços no alcance dos objetivos previamente estabelecidos, sem onerar excessivamente os Fundos, e, conseqüentemente, os cotistas;
- (v) Princípio da Equidade: assegura que será dispensado tratamento idêntico a todo e qualquer cotista dos Fundos;
- (vi) Princípio da Legalidade: garante que o **Grupo KPTL** sempre atuará nos termos e limites estabelecidos pela legislação em vigor e nos regulamentos dos Fundos.

## V – Exercício da Política de Voto – “Matérias Relevantes Obrigatórias”


V.1. É obrigatório o exercício da Política de Voto em relação às Matérias Relevantes Obrigatórias, salvo nos casos abaixo, em que o exercício da Política de Voto ficará a critério exclusivo do gestor, se (RPAV 2, Art.6º):

- (i) Se a ordem do dia não contiver as matérias relevantes obrigatórias;
- (ii) A assembleia ocorrer em qualquer cidade que não seja capital de Estado e não seja possível voto à distância;
- (iii) O custo relacionado com o exercício do voto não for compatível com a participação do Ativo no Fundo;
- (iv) A participação total dos Fundos sob gestão, sujeitos à Política de Voto, na fração votante na matéria, for inferior a 5% (cinco por cento) e nenhum Fundo possuir mais do que 10% (dez por cento) de seu patrimônio no Ativo em questão;
- (v) Houver situação de potencial conflito de interesse, observadas as disposições do Item VI desta Política de Voto;
- (vi) As informações disponibilizadas pela empresa não forem suficientes, mesmo após solicitação de informações adicionais e esclarecimentos, para a tomada de decisão;
- (vii) Os Fundos Exclusivos e/ou Reservados prever em seu regulamento cláusula que não obriga o Gestor de Recursos a exercer o direito de voto em assembleia;
- (viii) Os ativos financeiros forem de emissor com sede social fora do Brasil; ou
- (ix) Forem certificados de depósito de valores mobiliários (BDR).

	Política de Exercício de Direito de Voto do Grupo KPTL	
	Versão: 2021.1	Entrada em vigor: 18/10/2021

V.2. Para os fins desta Política de Voto, considera-se matéria relevante obrigatória (RPAV 2, art. 5º):

- I- no caso de ações, seus direitos e desdobramentos:
  - a) eleição de representantes de sócios minoritários nos Conselho de Administração, se aplicável;
  - b) aprovação de planos de opções para remuneração de administradores da companhia, se incluir opções de compra “dentro do preço” (preço de exercício da opção é inferior ao da ação subjacente, considerando a data de convocação da assembleia);
  - c) aquisição, fusão, incorporação, cisão, alterações de controle, reorganizações societárias, alterações ou conversões de ações e demais mudanças de estatuto social, que possam, no entendimento da Gestora, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelos Fundos; e
  - d) demais matérias que impliquem tratamento diferenciado;
  
- II- no caso de ativos financeiros de renda fixa ou mista: alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado, recompra e/ou remuneração originalmente acordadas para a operação;
  
- III- no caso de cotas de fundos de investimento:
  - a) alterações na política de investimento que alterem a classe CVM ou o tipo ANBIMA do fundo;
  - b) mudança de administrador ou gestor, que não entre integrantes do seu conglomerado ou grupo financeiro;
  - c) aumento de taxa de administração ou criação de taxas de entrada e/ou saída;
  - d) alterações nas condições de resgate que resultem em aumento do prazo de saída;
  - e) fusão, incorporação ou cisão, que propicie alteração das condições elencadas nas alíneas anteriores;
  - f) liquidação do fundo; e
  - g) assembleia de cotistas nos casos previstos no art. 39, § 2º da Instrução CVM nº 555/2014.
  
- IV- Especificamente para os FII:
  - a) Alterações na política de investimento e/ou o objeto descrito no regulamento;

	Política de Exercício de Direito de Voto do Grupo KPTL	
	Versão: 2021.1	Entrada em vigor: 18/10/2021

- b) Mudança de Administrador Fiduciário, Gestor de Recursos ou Consultor Imobiliário, desde que não sejam integrantes do mesmo Conglomerado ou Grupo Econômico;
  - c) Aumento de taxa de administração, criação de taxas de entrada ou criação ou aumento de taxa de consultoria;
  - d) Apreciação do laudo de avaliação de bens e direitos utilizados na integralização de cotas do FII;
  - e) Eleição de representantes dos cotistas;
  - f) Fusão, incorporação ou cisão, que propiciem alteração das condições elencadas nas alíneas anteriores; e
  - g) Liquidação do Fundo.
- V- Especificamente para os imóveis integrantes da carteira do FII:
- a) Aprovação de despesas extraordinárias;
  - b) Aprovação de orçamento;
  - c) Eleição de síndico e/ou conselheiros; e
  - d) Alteração na convenção de condomínio que possa causar impacto nas condições de liquidez do imóvel, a critério do Gestor de Recursos.


## VI – Conflito de Interesse: Procedimentos Aplicáveis (RPAV 2, Art. 6º, § único, III)

VI.1. Nas situações de potencial conflito de interesse<sup>3</sup>, salvo em caso de obrigatoriedade legal ou regulamentar e/ou de possível prejuízo ao(s) Fundo(s) ou cotista(s), o **Grupo KPTL** poderá decidir pela abstenção ou até mesmo pela não participação na Assembleia.

VI.2. Em caso de obrigatoriedade legal ou regulamentar e/ou de possível prejuízo ao Fundo, o **Grupo KPTL** deverá adotar os Princípios Gerais descritos no item IV desta Política.

<sup>3</sup> Vide Política de Seleção e Alocação para a descrição dos potenciais conflitos de interesses e os procedimentos adotados



	Política de Exercício de Direito de Voto do Grupo KPTL	
	Versão: 2021.1	Entrada em vigor: 18/10/2021

## VII – Processo Decisório de Voto (RPAV 2, Art. 6º, § único, IV)

VII.1. O **Grupo KPTL** tem o poder de exercer o direito de voto decorrente dos ativos financeiros detidos pelo fundo, realizando todas as demais ações necessárias para tal exercício, observando o disposto na política de voto do fundo (ICVM 555, art. 78, § 3º, II e ICVM 578, art. 34, III) e para tal:

- (i) Tomará as decisões de voto com base em suas próprias convicções e, sempre que cabível, nas diretrizes da Política de Investimentos Responsáveis e Integração ESG, de forma fundamentada e coerente com os objetivos de investimento dos fundos e sempre na defesa dos interesses dos cotistas; e
- (ii) Proporá o voto que entender melhor refletir a presente Política de Voto e a Política de Investimentos do Fundo, informando, se for o caso, a existência de potencial conflito de interesse.


VII.2. O **Grupo KPTL** deverá realizar o credenciamento do(s) seu(s) representante(s) no local da assembleia, na forma estabelecida pelos emissores dos títulos e valores mobiliários ou por seus agentes.

- (i) O(s) representante(s) do **Grupo KPTL**, assim definido(s) por meio de procuração estabelecida nos termos da legislação aplicável, comparecerá(ão) à Assembleia e exercerá(ão) o direito de voto nos termos definidos pela área de Gestão.

VII.3. O **Grupo KPTL** encaminhará ao administrador fiduciário do fundo, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a realização das assembleias a que se referirem (ICVM 555, art. 78, § 4º):

- (i) O resumo do teor dos votos proferidos (ICVM 555, art. 59, § 2º, I);
- (ii) A justificativa sumária do voto proferido ou as razões sumárias para eventual abstenção ou não exercício do direito de voto (ICVM 555, art. 59, § 2º, II); e
- (iii) Cópia de cada documento que firmar em nome do fundo, sem prejuízo do envio, na forma e horários previamente estabelecidos pelo administrador, de informações adicionais que permitam a este último o correto cumprimento de suas obrigações legais e regulamentares para com o fundo (ICVM 555, art. 78, § 4º).

VII.4. Cabe ao administrador fiduciário enviar mensalmente a CVM até 10 (dez) dias após o encerramento do mês a que se refere (ICVM 555, art. 59), o perfil mensal contendo os itens (i) e (ii) descritos no item VII.3 acima.

	Política de Exercício de Direito de Voto do Grupo KPTL	
	Versão: 2021.1	Entrada em vigor: 18/10/2021

VII.5. O Diretor responsável pela Gestão é responsável pelo controle e execução desta Política de Voto.

## VIII – Comunicação aos Cotistas (RPAV 2, art. 4º)

VIII.1. Cabe ao administrador fiduciário disponibilizar aos cotistas o resumo e justificativa dos votos.

VII.2. A comunicação ao cotista não se aplica às:

- (i) Matérias protegidas por acordo de confidencialidade ou que observem sigilo determinado pela Regulação vigente;
- (ii) Decisões que, a critério do Gestor de Recursos, sejam consideradas estratégicas; e
- (iii) Matérias facultativas, caso o **Grupo KPTL** tenha exercido o direito de voto.

VII.3. Todos os votos referentes as matérias obrigatórias e referentes a decisões estratégicas devem ser arquivadas por 5 (cinco) anos e mantidas à disposição da Supervisão da ANBIMA.


VII.4. O prospecto ou o regulamento do Fundo, conforme aplicável, deve informar que o **Grupo KPTL** adota direito de voto em assembleia, fazer referência ao site na internet onde a política de exercício de direito de voto (“Política”) pode ser encontrada em sua versão completa (RPAV, art. 3º).

## IX – Disposições Gerais

IX.1. Em observância ao disposto na regulamentação em vigor (ICVM 555, art. 132, VIII e ICVM 578, art. 45, XIII), constituem encargos dos Fundos, que lhe podem ser debitados diretamente, as despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto dos ativos financeiros do Fundo. Desta forma, cabe ao **Grupo KPTL** decidir se arcará com estes custos ou se debitará diretamente do Fundo.

IX.2. Na hipótese descrita acima, as despesas decorrentes do exercício do direito de voto serão suportadas pelos Fundos representados na respectiva Assembleia, proporcionalmente às ações ou cotas detidas pelos mesmos.

IX.3. A presente Política encontra-se (i) registrada na ANBIMA (Associação Nacional dos Bancos de Investimento) em sua versão integral e atualizada e (ii) na rede mundial de computadores (Internet), no sítio <https://kptl.com.br/compliance/>, em sua versão integral e atualizada (RPAV, art. 3º).

	Política de Exercício de Direito de Voto do Grupo KPTL	
	Versão: 2021.1	Entrada em vigor: 18/10/2021

## ANEXO I – Controle de Versão

Versão	Data	Nome	Ação (Elaboração, Revisão, Alteração)	Conteúdo
2.0	12/04/2017	Iguana Consultoria	Revisão	Revisão para adequação às regulamentações vigentes.
	12/09/2017	Diretoria A5	Aprovação	
2.1	20/04/2018	Iguana Consultoria	Revisão	Revisão anual
	02/05/2018	Diretoria A5	Aprovação	
3.0	31/01/2019	Iguana Consultoria	Revisão	Revisão anual
	11/02/2019	Diretoria A5	Aprovação	
2020.1	27/03/2020	Iguana Consultoria	Revisão	Revisão anual
	02/04/2020	Diretoria A5	Aprovação	Entrada em vigor: 06/04/2020
2021.1	14/10/2021	IGMC	Revisão	Revisão anual
	15/10/2021	Diretoria Grupo KPTL	Aprovação	Entrada em vigor: 18/10/2021